

Editorial

O número 15 da revista *Cidades – Comunidades e Territórios* apresenta artigos originais que incluem várias temáticas e que se relacionam com as pesquisas em curso no CET muitas delas em torno da multiculturalidade O trabalho social, a qualidade de vida, as identidades múltiplas, o projecto migratório, as representações e processos de inclusão social, ou a avaliação sistémica, são analisados a partir de enfoques empíricos tão diversos quanto os jovens, os imigrantes de Leste, os ciganos, os habitantes da Área Metropolitana de Lisboa ou os técnicos de projectos de intervenção social.

O presente número da revista inclui, assim, reflexões teóricas em torno de conceitos múltiplos, análises de materiais empíricos recolhidos de formas diversas (inquérito por questionário, entrevistas, trabalho de campo), análises documentais, debates em torno de questões suscitadas pelo cruzamento da teoria e da prática, deixando entrever a riqueza de caminhos tomados pela investigação realizada no âmbito do CET.

Enunciando que o Estado Social activo assenta no pressuposto do desenvolvimento das capacidades de acção dos actores e das condições da sua realização, Marc-Henry Soulet dá conta que existem indivíduos que, devido à sua trajectória biográfica e à natureza das exigências do sistema socioeconómico, não conseguem inscrever-se numa lógica de activação. Perante esta diversidade de públicos, que estão presentes nas instituições sociais, o autor extrema os posicionamentos entre os que apresentam características de perfectibilidade e os que apresentam sobretudo vulnerabilidades, fazendo corresponder duas figuras do trabalho social – o generativo e o paliativo. O enfoque do artigo é o trabalho social paliativo, por colocar maiores desafios institucionais e políticos. Para além de obrigar a definir o que significa *acolher* – “simples ferramenta de cativação da população desorientada” – e a identificar, o que significa *acompanhar* quando não assenta num movimento em direcção à autonomia, esta forma de intervir não é fácil de avaliar e parece também ainda não ter encontrado o seu verdadeiro estatuto. O autor conduz-nos, assim, pelos vários objectivos que podem nortear o trabalho social paliativo, destacando um conjunto de modalidades onde os indivíduos terão a “possibilidade de agir em clima de confiança” e identificando os registos que

poderão pautar uma intervenção que privilegia o processo interactivo nas “formas de integração intermediárias” e “relativas”.

O artigo “Dialécticas Espaciais na Cidade Contemporânea”, de Luís Balula, propõe uma análise das dinâmicas de urbanização emergentes das transformações estruturais do pós-fordismo. Examinam-se os aspectos formais da reorganização do espaço urbano e as contradições inerentes à sua actual produção num contexto de urbanismo “pós-modernista”. Face à crescente despacialização da esfera pública, e à crescente privatização do espaço público, propõe-se a recuperação das morfologias espaciais rejeitadas pelo modernismo, enquanto contributo fundamental do planeamento físico contemporâneo para o reforço da comunicação e da coesão social.

Noutro artigo intitulado “Noções e percepções de qualidade de vida: que pistas para uma intervenção sobre a cidade?”, Teresa Costa Pinto apresenta as noções de qualidade de vida interiorizadas pelos habitantes da Área Metropolitana de Lisboa, demonstrando a complexidade e a diversidade de variáveis estruturantes da percepção e avaliação dessa qualidade. A matriz teórico-analítica que sustenta estes resultados parte de uma noção dinâmica de qualidade de vida, vista como processo e como produto, já que implica uma relação constante entre os indivíduos e o sistema de oportunidades e constrangimentos onde se movem, accionando ainda uma capacidade avaliativa geradora de graus variados de satisfação. É neste sentido que se torna possível fornecer pistas fundamentais para a compreensão do que poderá constituir um aumento da qualidade de vida. A tradução das dimensões mais críticas, bem como das mais valorizadas e/ou apreciadas definem prioridades de intervenção que poderão sustentar uma lógica de intervenção na cidade com vista ao incremento da qualidade de vida dos habitantes.

Vanessa Duarte de Sousa em “A construção de identidades urbanas como factor de repulsão dos territórios rurais” analisa a importância da construção de identidades urbanas no processo de abandono dos espaços rurais por parte da população juvenil. Partindo de entrevistas realizadas aos jovens de uma freguesia rural algarvia, caracterizada pelo envelhecimento e pela fragilidade económica, a autora procura compreender o processo através do qual se conjugam, e se articulam, refe-

rentes rurais e urbanas não apenas na construção das identidades dos jovens, mas também nas suas expectativas, práticas de lazer e mobilidades. A mobilidade espacial entre a freguesia de origem e o meio urbano surge como um factor decisivo para a compreensão da crescente porosidade dos modos de vida, das representações e das práticas associados a cada um destes espaços. A pesquisa mostra como a experimentação da vida social no espaço urbano constitui um poderoso factor de atracção dos jovens, cujos projectos de vida se constroem em torno de modelos de modernidade associados sobretudo ao meio urbano implicando o abandono da freguesia rural de origem.

No âmbito de uma linha de investigação ainda em curso no CET, Alexandra Castro no artigo “Dos Contextos Locais à Invisibilização Política” centra-se no aprofundamento das situações de exclusão habitacional dos ciganos. Através da comparação dos dados disponíveis desde 2000 relativos a famílias ciganas a viverem situações precárias de habitação, a autora procura explicitar a persistência deste fenómeno analisando os posicionamentos de decisores políticos e de outros actores com responsabilidade na gestão das questões sociais e urbanas. Embora diversos, estes posicionamentos acabam por se repercutir na redução das oportunidades para uma inserção territorial mais estável desta população. Relatando intenções ou experiências de realojamento, bem como recomendações de algumas organizações governamentais e não-governamentais o artigo pretende ilustrar algumas das condições por onde pode passar a mudança.

O artigo de Maria José Lobo Antunes, “A Decisão de Migrar” analisa a opção pela migração a partir das narrativas de imigrantes moldavos, romenos, russos e ucranianos, defendendo que essa decisão resulta de um processo onde se cruzam dimensões macro e microssociológicas. Mais do que

uma decisão baseada em motivações simples, a autora argumenta que a chegada destes imigrantes a Portugal se deveu à conjugação de quatro dimensões essenciais: i) o contexto dos países de origem, marcado por profundas transformações políticas, económicas e sociais; ii) a expansão de redes organizadas de auxílio à imigração, que criaram pontes até então inexistentes entre países sem ligações históricas significativas; iii) as redes sociais de amigos e conhecidos, que fornecem recursos indispensáveis à concretização do desejo de emigrar; e iv) as dinâmicas familiares que transformam o projecto migratório num processo e investimento muito mais do que individual.

O artigo de Isabel Duarte, Cristina Roldão, João Manuel Nogueira e Sónia Costa dá conta de algumas das questões e reflexões que emergiram do processo de avaliação externa do Programa Escolhas. Ao longo deste artigo, os autores abordam questões como a equidade territorial do Programa, as dificuldades associadas à participação de crianças e jovens, os impactes do Programa ou a sustentabilidade e *phasing out* dos projectos, levantando um conjunto de reflexões que poderão vir a alimentar edições posteriores de projectos e programas desta natureza.

Este número da revista conta ainda com uma bibliografia em torno do conceito de *empowerment* e do trabalho de intervenção/serviço social recolhida no âmbito de uma pesquisa em curso no CET em parceria com o Centro de Estudo em Serviço Social e Sociologia da Universidade Católica. Não sendo exaustiva tenta enunciar as principais referências que têm marcado a abordagem desta orientação que visa a “activação” dos recursos e a emancipação dos sujeitos e das suas famílias para a intervenção social.

Alexandra Castro
Maria José Lobo Antunes